

Brasília deverá ser o polo do Centro-Oeste

“Ser pólo propulsor de desenvolvimento social e econômico entre a vasta região Centro-Oeste brasileira, ainda bastante inexplorada, e os grandes centros urbanos”. Esta é, em síntese, na opinião do governador Aimé Lamaison, a principal função histórica de Brasília no cenário econômico, político, cultural e social do País.

Aqui, em uma ampla entrevista exclusiva ao Jornal de Brasília, o governador Lamaison fala dos primeiros dois anos de seu governo; dos principais problemas da sua administração; das modificações introduzidas nos planos originais de administração da cidade e das perspectivas futuras da sua gestão”.

Pergunta — Com 1,2 milhão de habitantes atualmente e sem uma definição precisa do seu papel no cenário econômico do país, com um grande número de escolas superiores que emitem centenas de profissionais universitários por ano e ainda constituindo-se em irresistível atração de migrantes não-qualificados, para onde vai Brasília? Qual o seu papel no processo brasileiro de desenvolvimento?

Resposta — A filosofia norteadora da criação de Brasília, baseou-se na necessidade de se prolongar o desenvolvimento litorâneo para a vasta área territorial constituída pela região Centro-Oeste brasileira. Assim, a nova Capital nasceu com o destino de pólo irradiador de desenvolvimento.

Sabe-se, porém, que o progresso econômico não aparece em toda parte ao mesmo tempo e, uma vez desencadeado, ele é inicialmente concentrador e multiplicador de forças que tendem a expandir seu raio de ação, formando novos núcleos desenvolvimentistas.

Ser o pólo propulsor destas forças que atuarão, decisivamente no desenvolvimento dos espaços, de grande potencialidade econômica ainda inexplorada, situados entre a Capital Federal e os grandes centros urbanos, é a função destinada a Brasília no cenário econômico, cultural e social do país.

P — Qual a sua opinião a respeito da tese de industrialização do Distrito Federal? Que outros caminhos poderiam surgir?

R — A estrutura econômica de Brasília foi criada para preservar as características peculiares à capital do país, propiciando o apoio necessário ao funcionamento dos poderes da República em seu território. A exemplo de países mais desenvolvidos, a capital deve ser preservada da expansão de setores mais dinâmicos da economia, em benefício de suas características administrativas.

Agora, sem prejuízo de tal filosofia, esforços são envidados para que na área do Distrito Federal sejam implantadas

Federal viesse a exigir ou pleitear algo além das possibilidades federais, pois isto estaria apenas aumentando as desigualdades entre as regiões e não resolveria o crônico problema das transferências de rendas entre o que produz e aquele que não tem capacidade para isto.

Estamos conscientes que o não atendimento da demanda de investimentos é uma situação nacional e que haverá equilíbrio entre a demanda e a oferta na medida em que cessarem ou diminuam desigualdades pessoais.

P — V. Exa, recomendaria alguma alteração de política tributária visando dar auto-gestão orçamentária ao GDF?

R — O governo do Distrito Federal, considerando inclusive as condições peculiares locais, não pretende liderar postulações de uma reforma tributária nacional.

Somos, no entanto, dos que perfilam a idéia de que o atual Sistema Tributário Nacional ainda não está obsoleto. Falta, sim, ser ele inteiramente aplicado. Aplicado com as qualidades e isenções técnicas em que foi estruturado, não se sujeitando os impostos a qualquer injunção de ordem política.

O ICM, como se apresenta no Sistema, é um imposto de natureza econômica, neutro, devendo ser regulado e praticado na sua forma técnica e financeira sem desvios de natureza política.

Logo na sua implantação, algumas regiões, começaram por atrair indústrias e outros segmentos produtivos, e a oferecer vantagens isoladas como isenção, redução, prêmios restituições para reinvestimentos, etc.

Num segundo momento, como o advento da Lei Complementar nº 24/75, isto foi alterado e não houve possibilidade de se romper com os inúmeros benefícios regionais e locais àquela altura consolidados e incorporados ao patrimônio jurídico do contribuinte. Prova isto os termos do Convênio ICM 4/75 que invalidou os favores fiscais constantes das legislações tributárias dos Estados Membros.

Ainda impreciso e meio difuso vemos surgir um terceiro momento quando se pretende gradualmente a supressão dos incentivos fiscais como muito bem exemplifica a recente tributação da carne, das joias e pedras preciosas.

Assim, entendemos necessário adequações na Legislação Tributária, objetivando corrigir distorções, de maneira a adaptá-la às necessidades atuais e procurando minimizar ou mesmo suprimir as disparidades existentes entre as diversas Unidades da Federação, de modo a permitir um equilíbrio entre as regiões produtoras e consumidoras.

Quais os esforços que estão sendo feitos para que sejam implantadas médias e pequenas indústrias, não-poluente nas regiões de influência do Distrito Federal?

R — Convênio, no valor de Cr\$ 40 milhões, destinado ao apoio e incentivo a microempresas, foi assinado recentemente entre o Banco Regional de Brasília e o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresas. Este montante será repassado pelo BRB às microempresas a juros especiais de 25% ao ano, sem correção monetária ou exigências burocráticas. Os recursos são oriundos do Programa Seplan-Cebrae, cuja prioridade foi garantida pelo ministro Delfim Netto. Poderão participar do Programa os microempreendedores, pessoas físicas ou jurídicas, individuais ou coletivas, que no Distrito Federal se dediquem à exploração econômica de atividades industriais, comerciais ou prestação de serviços. Conforme orientação do GDF, o programa tem como objetivo fundamental fortalecer as microempresas não-poluente, garantindo-lhes empréstimos empresariais a custos bastante reduzidos, já que serão concedidos com apenas 25% de juros ao ano. O prazo médio de financiamento é de 24 meses, com 180 dias de carência.

Dois são as características principais deste Programa: a consagração da idéia de crédito orientado, que se consubstancia na conjugação da assistência técnico-gerecncial, com apoio creditício; e a oferta de recursos a taxas de juros favorecidas e com o mínimo possível de exigências burocráticas.

P — Qual a orientação do seu governo em relação ao problema habitacional? Por que foi paralisado o programa de construção de habitações populares?

R — Reconheço a importância social e econômica dos programas de habitação popular a este conceito continua assimilado pelo meu governo. Entretanto, cir-



cunstâncias peculiares determinaram a inadiável necessidade de uma “parada técnica”.

O vertiginoso crescimento da oferta de casas populares em Brasília fez com que este tipo de programa assumisse tal proporção que, ao invés de representar uma solução para o problema habitacional, acabou sendo um dos fatores de exacerbação deste mesmo problema, justamente por constituir-se em atração de migrantes.

O sistema de inscrição permanente da SHIS, a cada programa, mais crescia, ao invés de diminuir. Era como se a retirada de uma garrafa debaixo de uma pilha delas, fizesse aumentar a pilha... Quando havia 50.000 inscritos, foi desenvolvido um programa de 3.000 unidades e as inscrições aumentaram para 70.000. Foi desenvolvido então um programa de 65.000 unidades e as inscrições subiram para mais de 80.000. Finalmente, foram construídas 15.400 unidades e, ao invés de as inscrições baixarem para 74.000, elevaram-se a 130.000.

Mesmo considerando que a proporção de migrantes recentes constantes de tal número de inscrições não esteja próximo da totalidade, seguramente estava a ocorrer um verdadeiro fenômeno “boomerang”, como se, a cada casa ofertada, correspondesse a chegada de um número plural de famílias para gozar da mesma oportunidade e acabando por favelar-se ou por agregar-se em sub-locações desconfortáveis.

“Esforços estão sendo feitos para que sejam implantadas médias e pequenas indústrias não poluentes nas regiões de influências do Distrito Federal”.

P — Houve, no seu governo, uma mudança de orientação da política da saúde em relação ao plano original da cidade. Que conceitos orientaram essa mudança?

R — O plano médico-hospitalar de Henrique Bandeira de Melo, elaborado para o início de Brasília pretendia corrigir as deficiências dos sistemas tradicionais, em que havia uma grande multiplicidade e dispersão da assistência médica curativa e preventiva. Tinha como base a criação de uma entidade que congregasse todas as atividades de Saúde no Distrito Federal, além do sistema composto de 1 hospital de Base, 11 Hospitais Distritais e 6 hospitais Rurais rodeados de unidades satélites, de acordo com as necessidades populacionais.

Uma rede de hospitais especiais e entidades de apoio completariam o Sistema, constituída de Hospital para Crônicos e Convalescentes; Hospital de Tuberculose; Doenças Mentais e Psiquiátrico; Centro de Reabilitação e Medicina Física; Laboratório Industrial e Farmacêutico, Escola e Residência de Enfermagem e Laboratório Central. Esse conjunto proporcionaria um atendimento de bom padrão a uma população de 500 mil habitantes,

através de uma oferta de 2.500 leitos, na proporção de 1 leito para cada 1.000 habitantes.

O planejamento original de 1960 — ainda bastante atual em sua linha mestra, sofreu várias modificações no decorrer desses 20 anos, por uma série de razões, entre as quais podemos citar o crescimento desordenado da cidade com a implantação das Cidades-Satélites, não programadas inicialmente. Como consequência, os serviços médico-hospitalares, se tornaram cada vez mais insuficientes para atender à demanda, principalmente por ser a mesma distribuída desigualmente entre as várias regiões administrativas que foram sendo criadas.

Para uma população de 500.000 habitantes, prevista para os anos 80, o último censo do IBGE encontrou 1.202.683 habitantes, segundo os dados preliminares, os quais vêm sendo atendidos no equipamento hospitalar construído ao longo desses anos: 1 hospital de base e 6 hospitais rurais, planejados por Bandeira de Melo. Encontramos, ao assumirmos o governo, 5 postos de saúde. O número de leitos não atingia 2.000 para atender o dobro da população projetada e, do complexo de hospitais especiais, encontramos somente um pequeno hospital de pronto atendimento psiquiátrico.

P — Que mudanças estão, concretamente, sendo realizadas no setor de saúde?

O planejamento de 20 anos atrás, realizado para uma cidade em formação, sofreu naturais desgastes, necessidade de adaptações em muitos aspectos e total reformulação em outros a fim de corrigir as distorções e propiciar aos seus habitantes o atendimento de suas necessidades humanas básicas em questão de saúde.

A filosofia do plano do nosso governo é semelhante a do plano original, acrescida daquilo que a demanda populacional exigiu, e a evolução dos conhecimentos científicos e experiências realizadas aconselharam: Evitar o estabelecimento da doença através de uma medicina preventiva e comunitária; ampliar o direito de receber meios para a tentativa e cura das doenças adquiridas; e possibilitar o acesso à reabilitação.

Vários são os projetos em execução pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal visando atender a cada um desses aspectos, procurando equacionar os serviços de saúde da rede hospitalar, de modo a prestar um atendimento quantitativo em níveis periféricos e qualitativos em níveis centrais: racionalizando o trabalho hospitalar; descongestionando os ambulatórios dos grandes hospitais; oferecendo o atendimento de emergência necessário aos casos mais graves e os tratamentos especiais requeridos em instalações adequadas.

P — Como está a infra-estrutura básica de Brasília? Os investimentos já feitos ou comprometidos com o setor são adequados à projeção da demanda?

R — O plano original de Brasília estabeleceu uma baixa densidade ocupacional, com relação a ocupação do solo urbano. Este reduzido número de habitantes por km2 constitui-se negativamente um dos fatores de melhorias da qualidade de vida da população, em relação a outras cidades brasileiras, pois ela possibilita a convivência dos habitantes com extensas áreas verdes.

Essa qualidade de vida, no entanto, é obtida à custa de grandes investimentos em infra-estrutura urbana, principalmente se considerarmos o custo per-cápita. Um outro aspecto a considerar, contrariamente às demais cidades brasileiras, é que aqui o Governo arca com todo custo desta infra-estrutura, não repassando-o aos seus moradores. Deve-se destacar ainda, que devido à implantação relativamente recente da Capital, e ao crescimento da população, a taxas muito elevadas nestes primeiros vinte anos, são de grande monta as deficiências notadas neste campo.

Visando eliminar a defasagem entre a oferta e a demanda por infra-estrutura urbana, estou dando curso a um grande programa neste campo. Posso citar como exemplo, as obras do Lago Norte onde em apenas um ano dupliquei a área asfaltada, a qual de 115 mil m2 em final de 1979 passou para 225 mil m2 ao final de 1980. Com relação às cidades-satélites, o maior volume de recursos foi destinado às etapas I e II da Ceilândia, onde apliquei mais de 500 milhões de cruzeiros nestes dois anos.

P — Qual o papel do Distrito Federal no desenvolvimento agrícola do país? o que está sendo feito e/ou será feito nesse setor por seu governo?

R — A transferência da Capital do país para o Planalto Central teve, dentre outros objetivos, o de interiorizar o processo de desenvolvimento brasileiro. Nesse contexto acreditamos que também no desenvolvimento agrícola, na incorporação ao processo produtivo desta vasta região dos cerrados brasileiros, está reservado um importante papel para o DF. Em boa medida acreditamos que já estamos oferecendo uma contribuição bastante positiva, senão vejamos:

O DF é hoje sede de um sem número de instituições especializadas no desenvolvimento agrícola desde o campo de geração de tecnologia até o exercício de modelos de organização do espaço rural da produção, da comercialização e do abastecimento

— Brasília, que provocou no passado recente a marcha para o oeste busca hoje consolidar a conquista econômica de toda a região dos cerrados do país podendo se constituir, em termos agrícolas, na Capital dos Cerrados Brasileiros.

A estrutura fundiária do DF pode se constituir um exemplo de uso racional do solo, pois o sistema de arrendamento das

“Os serviços de saúde estão sendo modificados visando um atendimento quantitativo às áreas periféricas do DF, descongestionando os grandes hospitais”.

terras rurais, peculiar ao DF, premia os arrendatários produtivos e abate os ociosos, permitindo através de programas desenvolvidos pela Secretaria de Agricultura e Produção — como o PDRI — Programa de Desenvolvimento Rural Integrado, ter-se desde a fixação do homem no campo, a absorção da tecnologia agrícola, até a execução de um programa integrado de produção e abastecimento.

— A organização do espaço rural em Núcleos Rurais constitui-se em aspecto importante na organização da produção e facilitam a prestação de serviços administrados pelo Governo como a assistência técnica, a mecanização, a difusão e distribuição de insumos modernos, possibilitando atender, a tempo e a hora a todos os que estão engajados no processo produtivo. Desta forma os Núcleos Rurais do Distrito Federal constituem-se em verdadeiros embriões de “Kibutz” agrícolas capitalistas, nos quais convivem desde o extensionista até os equipamentos de revenda de insumos e os agentes de compra dos produtos o que viabiliza programas como o Prohort, o de compras antecipadas e o de estoques estratégicos.

Em síntese todas estas características, que acreditamos peculiares ao DF, indicam ao Governo do DF uma diretriz ineludível; a de que o DF pode se constituir em um grande laboratório e campo de demonstração de novas formas de organização da produção, de geração de tecnologia e de abastecimento para o país.

P — Sendo Brasília o centro do poder decisório, onde estão concentradas as maiores autoridades do país, com diversas missões diplomáticas e, contando, ainda, com uma população de aproximadamente 1,2 milhão de habitantes, o que está sendo feito no campo da Segurança Pública?

No mundo conturbado em que vivemos, a segurança pública, em suas várias matizes — individual, comunitária, contra incêndios e segurança de tráfego — tem se constituído em um dos pontos mercedores das maiores e melhores atenções do Governo, que tem o propósito de cada vez mais aparelhar estes serviços para o bom desempenho do relevante papel de resguardo dos direitos e garantias individuais.

Desenvolvendo ações preventivas, esses serviços nos propiciam o registro de baixos índices de criminalidade, comparados com a média nacional e desestimulam a prática de delitos contra o cidadão, contra o patrimônio e contra a comunidade e, por via de consequência, diminuindo a necessidade de ações coercitivas.

Em busca de auto-suficiência na agricultura

(Página 8)

Habitação dá lugar às obras de infra-estrutura

(Página 5)

Na educação, a prioridade são as crianças

(Página 7)

Plano de Saúde sofreu grandes modificações

(Página 3)

Todo apoio à região geoeconômica

(Página 2)